

Crianças negras na história: Fontes e discursos sobre a breve infância permitida pelo escravismo oitocentista brasileiro¹

Black children in history: Sources and discourse on the short childhood allowed by Brazilian slavery in the 19th century

Ione da Silva Jovino²

Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG, Ponta Grossa-PR, Brasil

Resumo

O artigo apresenta recortes de uma pesquisa histórica sobre criança, infância e raça na iconografia do século XIX, sendo a discussão sobre a maneira como eram representadas crianças e infâncias negras em diversos materiais imagéticos o objetivo principal. Com olhar centrado na história da infância e suas interfaces com a da escravidão no Brasil, o texto começa por apresentar breve introdução sobre as fontes e campos utilizados na pesquisa. A análise busca evidenciar vestígios da infância negra no século XIX, iniciando com a literatura de viagem, para, em seguida, buscar em alguns textos de memória. Aspectos da vida infantil, como a brincadeira e a educação, ressaltam que, mesmo de forma limitada e encolhida, foi possível demonstrar que as crianças vivenciavam a experiência da infância, bem como visibilizar suas formas de resistências às imposições dos adultos. Alguns apontamentos sobre educação precedem as notas sobre a relação entre infância e trabalho e a apresentação das percepções da escravidão das crianças de papel, colhidas de textos literários. As considerações finais partem da análise de um conto

1 Os recortes aqui apresentados fazem parte de um estudo mais amplo, sobre representação da criança e infância negra na iconografia do Século XIX.

2 Doutora em Educação. Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Atuou como professora de Português e técnica pedagógica na Educação Básica da rede pública em São Paulo. Realiza pesquisas e projetos de extensão nas áreas de relações étnico-raciais, juventude e infância. Atua como formadora nas áreas de metodologia de ensino, educação e diversidade étnico-racial. Integra o Núcleo de Relações Étnico-raciais, Gênero e Sexualidade (NUREGS/UEPG) e o Programa de Pós-Graduação em Linguagem, Identidade e Subjetividade da UEPG. *E-mail*: ionejovino@gmail.com

produzido já no início do século XX, mas que ainda traz resquícios da escravidão, mostrando uma criança negra escravizada, mesmo fora do escravismo formal. Também se considera, apesar da dureza da escravidão, a possibilidade de entrever uma infância-moleque, que é mediadora, brincante, desafiadora, composta de satisfação miúda entre alguns brinquedos, brincadeiras, travessuras e transgressões.

Palavras-chave: Criança negra, Infância, História da infância.

Abstract

The article presents part of historical research on children, childhood and race in the 19th century iconography. The main aim of the article is to discuss how children and black childhood were represented in a number of pictorial materials. Focusing on childhood history and its interfaces with Brazilian slavery history, the article presents a brief introduction about the sources and the research field. The analysis aims to show traces of black childhood in the 19th century, from travel literature to memory journals. Some aspects of children's life, such as play and education point out that, even in a limited and restricted way, it was possible to demonstrate that children experienced childhood moments; it was also possible to envision their form of resistance to adult impositions. Some reflections about education are exposed before discussing the relation between childhood and work and the presentation of children's perceptions of slavery, collected from literary texts. The final considerations are based on the analysis of a short story written at the beginning of the 20th century, which still presents traces of slavery by showing an enslaved black child, despite out of formal slavery. Despite the harshness of slavery, the article considers the possibility of a playful childhood, which is mediating, playful, challenging, made up of few moments of satisfaction among toys, games, pranks and transgressions.

Keywords: Black children, Childhood, Childhood history.

Que idéia faria de si essa criança que nunca ouvira uma palavra de carinho? Pestinha, diabo, coruja, barata descascada, bruxa, pata-choca, pinto gorado, mosca-morta, sujeira, bisca, trapo, cachorrinha, coisa-ruim, lixo — não tinha conta o número de apelidos com que a mimoseavam.

Tempo houve em que foi a bubônica. A epidemia andava na berra, como a grande novidade, e Negrinha viu-se logo apelidada assim — por sinal que achou linda a palavra. Perceberam-no e suprimiram-na da lista. Estava escrito que não teria um gostinho só na vida — nem esse de personalizar a peste...

(Monteiro Lobato, *Negrinha*)

História da criança e da infância: fontes e campos

Philippe Ariès (ARIÉS, 1981) é considerado um pioneiro na história da infância, bem como no uso das imagens como evidência. Para Gouvêa (2006), as bases da constituição da história da infância como campo de investigação com identidade própria, ancorada na originalidade do recurso às fontes, estão presentes no trabalho de Ariès. Esse campo não só traria novos sujeitos históricos antes ignorados como também contribuiria para alargar o âmbito das fontes utilizadas nos estudos históricos, promovendo o resgate de fontes desconsideradas pela história tradicional como iconografia, lápides, diários, etc.

Para Burke (2004), como as crianças não aparecem com muita frequência nos documentos preservados em arquivos, para escrever sua história foi necessário encontrar outras fontes – testemunhos literários, diários, cartas, literatura de ficção, literatura de viagens, pinturas, fotografias e outras imagens.

É importante observar que já existe um acúmulo de pesquisas desenvolvidas no campo da história da infância e que “[...] tem possibilitado flagrar uma diversidade de processos históricos, evidenciando que a experiência da infância diferencia-se de acordo com categorias sociais definidoras da identidade infantil” (ROCHA; GOUVÊA, 2010, p. 189) e que os estudos mais recentes têm contemplado tais categorias.

Gouvêa (2006) alerta sobre a multiplicidade de vivências das crianças de diferentes pertencimentos sociais, étnicos, religiosos, familiares, de gênero, etc. Aqui poderíamos salientar uma das críticas ao trabalho de Ariès: ter retratado somente a infância de classes abastadas. A autora atenta para o fato de que, no contexto histórico da publicação de Ariès, não havia tradição substantiva de estudos com fontes relacionadas às vivências dos grupos populares. Não é de se admirar então que os estudos sobre crianças negras focando períodos anteriores ao século XX sejam raros.

Gouvêa (2006) observa ainda que, para analisar a diversidade das experiências infantis, é necessário também que se amplie a utilização de diferentes fontes. Para a autora, o campo da história da infância hoje lança mão de diversos tipos de registros, dentre os quais destaca a literatura (de ficção ou de viagem), mas salienta que se deve ampliar a busca pelos signos e artefatos produzidos pelas crianças que auxiliem na compreensão da singularidade de tal ator histórico e suas formas de inserção social.

A respeito de criança e infância, é importante salientar que são noções construídas que mudam ao longo do tempo e se encontram em permanente reelaboração. Para Heywood (2004, p. 12), “[...] os termos ‘criança’ e ‘infância’ são compreendidos de formas distintas por sociedades diferentes”. A infância tem em si a ideia de tempo, da experiência, da linguagem.

Para Gouvêa (2006), a questão que assume maior radicalidade na escrita da história da infância é que, para a construção do campo, a prática historiográfica não só recolhe, mas também produz as fontes, ou seja, busca fontes que antes não seriam consideradas como tal, lançando mão de diversos registros. Dentre eles estão, além da iconografia, a literatura de viagem e a de ficção, o discurso jornalístico, textos de memórias. Nelas podemos encontrar indicações de expectativas sociais em relação à infância num determinado período histórico e dentro de certo grupo social,

assim como indicações do cotidiano da infância, das instituições de inserção, das práticas dirigidas às crianças em determinado período e contexto histórico.

A literatura de ficção guarda uma particularidade, pode também trazer a infância como personagem e como tema de reflexão bem como tomar a infância como objeto de análise. Textos memorialísticos evocam a infância como fonte para a construção biográfica do adulto, buscando as vivências da infância, embora devam ser analisados conforme as convenções de autorrepresentação, Gouvêa (2006) afirma que este tipo de fonte é passível de utilização. Para a autora, o importante é garantir o entrecruzamento das fontes documentais de modo a assegurar sua historicidade, garantindo, ao mesmo tempo, uma leitura que não destrua a condição literária desse tipo de fonte.

Infância negra na literatura de viagem³

Cortês e Gomes (2006) afirmam que a escravidão, definidora da vida social, suas ideologias e dimensões, e também seus personagens, estavam nos jornais, na literatura, nos diários particulares e nos discursos médicos que se faziam ou se queriam hegemônicos. Criavam-se também imagens da mulher e do feminino, sendo diferenciadas para mulheres brancas e negras, pobres e ricas. Reforçavam-se estigmas sobre as mulheres escravas, africanas e negras como representantes das “classes perigosas”. O mesmo também vale para a representação das crianças.

3 No Brasil, a chamada “literatura de viagem” teria início no século XVI, com a *Carta do Descobrimento do Brasil*, de Pero Vaz de Caminha, de 1501, noticiando ao rei de Portugal, D. Manuel I, as descobertas de Pedro Álvares Cabral. Integram essa literatura escritos de autores de nacionalidades e profissões diferentes, podendo ser representada em diários de viagem e recordações da passagem dos estrangeiros pelo país. É uma vasta gama de produção escrita e imagética, composta por cartas, narrativas de ficção, livros de memórias, álbuns de desenho, guias comerciais ou científicos, relatos diplomáticos e dos relatórios de expedições destinados aos órgãos de financiamento.

Essa visão é perceptível na chamada literatura de viagem oitocentista, mesmo aquela produzida já quase ao final oficial da escravidão. Agassiz e Agassiz⁴ (2000) mostram relatos que corroboram esse fato. Elisabeth Agassiz registra, dentre outras coisas, suas impressões acerca dos “[...] vícios e métodos de ensino” e também de “[...] uma ausência de educação doméstica profundamente entristecedora”:

É a consequência do contato incessante com os criados pretos e mais ainda com os negrinhos que existem sempre em quantidade nas casas. Que a baixeza habitual e os vícios dos pretos sejam ou não efeito da escravidão, o certo é que existem; e é estranhável se verem pessoas, aliás, cuidadosas e escrupulosas em tudo que se refere aos filhos deixá-los constantemente na companhia de seus escravos, vigiados pelos mais velhos e brincando com os mais moços. Isso prova quanto o hábito nos torna cegos mesmo para os mais evidentes perigos; um estrangeiro vê logo os perniciosos resultados desse contato com a grosseria o vício; os pais, no entanto, não se apercebem disso. Na capital, tais perigos já são menores, pois todos os que conheceram o Rio de Janeiro de há quarenta anos atrás, são acordes em proclamar as notáveis melhoras que deram nos costumes sociais (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 438-439).

Outros relatos davam conta de que as mulheres negras nasceram para procriar e eram eficientes no cuidado e criação dos filhos. Leite (2003), ao tratar da infância no século XIX pelas memórias e livros de viagens que trazem aspectos da vida de diferentes

4 Jean Louis Rodolphe Agassiz, nascido na Suíça, mantinha curiosidades a respeito do Brasil desde que recebera de Martius, por ocasião da morte de Spix, a tarefa de descrever os peixes colecionados pelos dois viajantes no Brasil. Acompanhado de vários auxiliares de expedição, entre eles sua esposa Elizabeth Cabot Cary Agassiz, que ficou encarregada de registrar as “observações científicas por meio de uma narrativa”, registrando dia a dia as aventuras dos viajantes, chegam ao Brasil em 1865 permanecendo até o ano seguinte. Voltam ao Brasil no ano de 1872, passando por Pernambuco e Rio de Janeiro, sendo novamente o diário de viagem registrado por Elisabeth (JOVINO, 2010).

crianças no Brasil da época, ressalta como um dos temas a fecundidade das mulheres brasileiras e o papel das mulheres negras na amamentação das crianças brancas. Os relatos apresentados lembram também que é o ventre materno que faz das crianças seres livres ou escravizados.

Walsh (1985) traz outro aspecto da questão da maternidade em relação às escravas - o filicídio:

As mulheres têm a fama de ser excelentes mães e tive a oportunidade de ver sempre confirmada essa fama em todas as ocasiões, não obstante, essa mesma afeição que tem pelos filhos leva-a a cometer infanticídio. Muitas delas, principalmente as negras minas, repelem violentamente a idéia de ter filhos, empregando vários meios para matar a criança ainda no ventre, evitando assim – conforme declaram – a desgraça de por mais escravos no mundo. (...) A ânsia de liberdade é o sentimento predominante na mente do negro (WALSH, 1985, p. 262).

Os mesmos olhares estrangeiros, por vezes, tinham dificuldades em entender a relação entre o ventre materno e a condição de quem dele nascia. O mesmo Walsh, que considerou as crianças negras quase perdoadas por Deus pelo pecado de Cã, compensando-as em sua desumanidade com “[...] amoráveis qualidades humanas”, espanta-se ao encontrar entre moleques, um menino de pele clara:

Certo dia, em companhia de um amigo, parei numa venda na estrada da Tijuca, para comer alguma coisa. Vi alguns negrinhos brincando no quintal da casa e entre eles um bonito menino da raça branca, tinha o rosto delicado, cabelos claros encaracolados, olhos azuis e uma pele tão clara como a de um europeu. Atraído pelo belo garotinho afaguei-o por um momento e perguntei ao dono da venda se era seu filho. O homem disse que não, informando que ele era seu escravo, mas filho de um inglês, cujo nome mencionou para mim.

Chocado e cheio de incredulidade, aventei a hipótese de seu pai ignorar que a criança vivesse como escrava; fui então informado de que o pai não só sabia do fato, como tinha o costume, conhecido de todos, de vender seus filhos juntamente com a mãe escrava! Oh, meu amigo é isso a escravidão! Aí temos a história de Thomas Inkle revivida por um europeu no século XIX, que vende a mulher que fazia as vezes de sua esposa aumentando o seu valor ao vender junto com ela o seu próprio filho (WALSH, 1985, p. 164).

Também os Agassiz observaram esta “consequência” da escravidão:

Visita a fazenda do Comendador Breves. 14 de julho – (...) Enquanto durou o baile, portas e janelas se achavam obstruídas por um enxame de gente preta, no meio da qual se destacavam aqui e ali uns rostos quase brancos, pois que aqui, como em toda parte, a escravidão traz consigo suas fatais e deploráveis consequências, e escravos claros não constituem raridade muito extraordinária. (AGASSIZ; AGASSIZ, 2000, p. 137).

Embora tenhamos optado pela designação genérica negros, faz-se necessária alguma consideração sobre a complexidade das relações de cor e mobilidade social presentes no escravismo praticado no Brasil Imperial. A diferença no tratamento de cada segmento da população podia ser vista nos diferentes espaços sociais, entre os quais, tribunais e prisões, onde escravizados, livres e libertos, assim como os homens ricos, apareciam em proporções muito diferentes em relação a esses outros.

Não se tratava de uma sociedade onde o reconhecimento dos indivíduos se dava simplesmente por uma distinção binária entre brancos livres e negros escravizados, mas sim por um conjunto de representações e de papéis dos diversos tipos sociais que existiam. Nesse jogo de representações, o signo da “cor” aparecia como um qualificativo determinante de maior ou menor mobilidade nos diferentes espaços.

Conforme Luz (2008), a cor da pele, a textura do cabelo e outros sinais físicos visíveis determinavam a categoria racial em que a pessoa era posta por seus observadores. A reação do observador podia ser também influenciada pela aparente riqueza ou provável *status* social da pessoa observada. As origens podiam ainda ser tidas por relevantes, uma vez que mestiços em ascensão social podiam se dar ao trabalho (ou ver a necessidade) de esconder seus antecedentes fenotípicos. Ter “rostos quase brancos” em meio ao “enxame de gente preta” dentro do espaço de uma fazenda escravista pode indicar que, em alguns espaços, sobretudo rurais, a tal ascensão social não era realidade tão premente.

Nos espaços urbanos, para Cortês e Gomes (2006, p. 28), as mulheres negras são congeladas em posições e trabalhos do espaço público das ruas ou no interior das casas. Conforme os autores, são mucamas, criadas pessoais de famílias abastadas ou morigeradas, geralmente utilizadas como amas-de-leite. São costureiras, recrutadas para a fiação de algodão e a feitura de rendas, trabalhando em lojas de modistas francesas. São lavadeiras e engomadeiras, distribuídas em pelo menos três pontos da cidade do Rio de Janeiro: o Largo da Carioca, a fonte do Campo de Santana e o Vale das Laranjeiras.

Essas mulheres circulavam com crianças pequenas presas às costas, como fartamente registrado pelos gravuristas e também por fotógrafos. Também eram acompanhadas por moleques que serviam como carregadores de instrumentos e apetrechos, bem como também atuavam como pequenos vendedores.

No espaço das ruas, algumas crianças poderiam experimentar sensações, produzir e fruir na interação com os pares e mesmo com adultos. Distanciadas um pouco de limitações, proibições ou obrigações, sozinhas ou como acompanhantes de diversas mulheres no trabalho urbano do dia a dia, ou ainda em datas especiais, os folguedos infantis poderiam ter algum espaço na vida das crianças

negras, inclusive as escravizadas. A prancha *Cena de carnaval*⁵, de Jean Baptiste Debret⁶, é uma das poucas que trazem algum modo e momento de brincar de crianças negras. Convém observar que tal prática revela um importante sinal de infância: o brincar. Note-se na descrição da cena feita por Debret que, ao mesmo tempo, um menino pode gozar dos prazeres da festa e outro, pequeno vendedor, participa da cena realizando um trabalho:

A negra sacrifica tudo ao equilíbrio de seu cesto, já repleto de provisões que traz para seus senhores, enquanto o moleque, de seringa de lata na mão, joga um jacto de água que a inunda e provoca um último acidente nessa catástrofe carnavalesca. Sentada a porta da venda, uma negra mais velha ainda, vendedora de limões e de polvilho (...) segura dinheiro dos limões pagos adiantado, que um negrinho, tatuado voluntariamente, com barro amarelo, escolhe como campeão entusiasta das lutas em perspectiva. Perto deste e da porta pequena da venda, outro negro, orgulhoso da linha vermelha traçada na testa, adquire um pacote de polvilho a um pequeno vendedor de nove a dez anos (DEBRET, 1989, p. 136).

O interessante é que a cena de carnaval descrita por Debret, a despeito de certo desdém evidente em seu comentário, traz um momento em que não só a criança pode usufruir da brincadeira. Também os adultos podem se apropriar e reinventar o cotidiano na festividade do carnaval, posto que o autor nos apresenta um negro “orgulhoso da linha vermelha traçada na testa”, comprando polvilho junto a um “pequeno vendedor de nove a dez anos”.

5 Lima (2007, p. 133) aponta que as cenas pintadas por Debret “são, na realidade, imagens literárias que muito devem à sua formação artística, responsável por sua habilidade em observar, registrar e compor”. A autora assevera que Debret se preocupava com a “elaboração de um discurso histórico sobre o Brasil e com a fidelidade de seu testemunho/relato para com a verdade dos fatos que apresenta” (LIMA, 2007, p. 128).

6 Jean Baptiste Debret integrou a Missão artística francesa que chegou ao Brasil, Rio de Janeiro, em 1816, para oficializar a fundação da Academia Real de Ciências, Artes e Ofícios. Debret retornou a França em 1834, onde preparou até 1839 a publicação de *Viagem pictoresca e histórica ao Brasil*. (STRAUMANN, 2001, p. 9-10)

Em outra gravura, *Meninos brincando de soldado*, também chamada de *O primeiro ímpeto da virtude guerreira*, Debret (1989) nos apresenta uma cena específica de brincar infantil. Representando uma tropa, cerca de dez meninos são conduzidos por um menino branco, mais bem vestido e único calçado, com o cavalo de pau e chapéu mais enfeitados e com a espada empunhada. Nota-se a presença de mais dois meninos brancos, ambos descalços. Os que estão no fundo parecem mais maltrapilhos que os da frente e no canto, à direita, pode-se notar um menino bem pequeno.

Em primeiro lugar, o jovem “sinhozinho-general” tem sua posição de liderança e privilégio destacada não só por suas roupas, já que é único realmente fantasiado no grupo, com galões nos ombros, casaquinha de corte militar e que, detalhe bem significativo, tem os pés calçados. Além disso, seu espadim de brinquedo é o único a ter uma empunhadura, o que pode nos deixar supor ser o único manufaturado, de fabrico semi-industrial, dentre todas as armas de brinquedo que os meninos trazem consigo. Até mesmo o graveto que ele usa como cavalinho imaginário tem detalhes que a montaria de seus dois subordinados imediatos não apresentam: nele foram deixadas folhagens ao modo de uma garbosa crina, orelhas e longa cauda do cavalinho. (OLIVEIRA; CURY, 2011, p. 164)

Para Oliveira e Cury (2011), a cena pode ser ainda melhor esmiuçada, possibilitando com que vejamos não só aspectos da vida daqueles meninos de começos dos oitocentos como também da sociedade em que viviam.

(...) fica claro que a brincadeira em questão exclui completamente as meninas. A elas cabia a reprodução lúdica dos fazeres femininos, eminentemente domésticos e, portanto, de modo algum praticáveis ao ar livre. Fruir das descobertas inerentes ao contato com a natureza, desse modo, era prerrogativa eminentemente masculina, mesmo no universo infantil. Além disso, as hierarquias sociais e simbólicas do

Brasil Imperial estão ali, claramente assinaladas, sob o véu e a bruma da inocência infantil: o branco, militar, oficial graduado, senhor de escravos, proprietário rural, lidera um séquito de subordinados, que reproduzem não só as etnias presentes em seu mundo de convivência imediata, ou seja, o branco pobre, o mestiço forro, a escravaria, como também a posição social que cada um deles devia ocupar, mesmo em se tratando de uma brincadeira de crianças. O *habitus* e a estrutura da sociedade escravista estão tão arraigados em tais meninos que eles reproduzem em seu mundo lúdico as divisões e fronteiras sociais que veem cotidianamente nas relações sociais e de trabalho de seus pais, parentes e outros conhecidos adultos. (OLIVEIRA; CURY, 2011, p. 165).

Dos dois exemplos citados, de imagens que constam na literatura de viagem oitocentista, pode-se salientar que apresentam aspectos da cultura da infância. Neles podemos ver, brevemente, modos de as crianças interagirem com o mundo propondo representações do mesmo a partir de sua singularidade, bem como pode demonstrar como o autor da imagem, representou a partir do universo infantil, as hierarquias sociais e raciais, bem como o fato de que o espaço/momento de lazer de alguns é o de trabalho para outros.

Lembranças da infância: crianças e escravidão

Pouco se sabe das crianças negras escravizadas do século XIX. Conquanto se reconheça a dificuldade de “[...] desencavar materiais-fonte sobre infância no passado”, posto que “[...] as próprias crianças não deixam muitos registros” (HEYWOOD, 2004, p. 14), alguns aspectos da infância se mostram mais fáceis de documentar que outros, como por exemplo, o campo do “bem-estar” das crianças. Contudo, as experiências da infância no cotidiano são as mais difíceis de serem recriadas, embora os vestígios possam estar em vários locais.

Com base no que se afirmou anteriormente, apontamos que sabemos menos ainda sobre as crianças escravizadas deixadas para outrem como heranças ou vendidas, ou por seus donos, ou às vezes pelo próprio pai. Fragmentos de lembranças da infância de uma dessas crianças podem ser recuperados em meio aos trabalhos sobre Luiz Gonzaga Pinto da Gama⁷. Nascido em Salvador no dia 21 de junho do ano de 1830, era filho de uma africana livre da Costa da Mina da África, nagô de nação, quitandeira e o pai seria um fidalgo português.

Nasci na cidade de São Salvador, capital da província d Bahia, em um sobrado da Rua do Bângala, formando ângulo interno, em a quebrada, lado direito de quem parte do adro da Palma, na Freguesia de Sant’Ana, a 21 de junho de 1830, pelas 7 horas da manhã, e fui batizado, 8 anos depois, na igreja matriz do Sacramento, da cidade de Itaparica. (GAMA, Carta a Lucio de Mendonça, citado por AZEVEDO, 1999, p. 70).

O “Orfeu de Carapinha”, conforme se autointitulou em um de seus poemas, lembra-se da mãe como “[...] bonita, magra, de estatura não muito alta e de um preto retinto e sem lustro”, conhecida por Luiza Mahin.

Sou filho natural de uma negra, africana livre, da costa Mina (Nagô de Nação) de nome Luiza Mahin, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã. Minha mãe era baixa de estatura, magra, bonita, a cor era de um preto retinto e sem lustro, tinha os dentes alvíssimos como a neve, era muito altiva, geniosa, insofrida e vingativa. Dava-se ao comércio – era quitandeira, muito laboriosa, e mais de uma

7 Foi funcionário público, cabo de esquadra, copista, amanuense, jornalista e poeta, tendo publicado ainda em vida “As primeiras trovas burlescas de Getulino” no ano de 1861. Mas sua maior atuação se deu no campo do Direito. Ele retomou uma lei (sobre a proibição do tráfico internacional de escravizados) havia 40 anos esquecida e fez dela um recurso jurídico que, levado às últimas consequências poderia acabar com a escravidão (AZEVEDO, 2006, p. 33-34).

vez, na Bahia, foi presa como suspeita de envolver-se em planos de insurreições de escravos, que não tiveram efeito. (GAMA, citado por AZEVEDO, 1999, p.70).

Azevedo (1999) relata que Luiza Mahin foi perseguida por supostos envolvimento em planos de insurreições de escravizados, iria mais tarde para a corte, enquanto o fidalgo, dois anos depois venderia o filho, com 10 anos de idade, em novembro de 1840.

(...) amava as súbias e os divertimentos: esbanjou uma boa herança, obtida de uma tia em 1836; e reduzido à pobreza extrema, a 10 de novembro de 1840, em companhia de Luiz Cândido Quintela, seu amigo inseparável e hospedeiro, que vivia dos proventos de uma casa de tavolagem, na cidade da Bahia, estabelecida em um sobrado de quina, ao largo da praça, vendeu-me, como seu escravo, a bordo do patacho “Saraiva”. (GAMA, citado por AZEVEDO, 1999, p. 70).

O garoto, Luiz Gama, teria aportado, então, primeiramente no Rio de Janeiro (cidade estratégica para a comercialização de escravizados, por ficar entre as províncias do sul e norte do Império), e deixado com outros escravizados a serem vendidos na rua da Candelária. Foi vendido a um alferes paulistano.

Navegaram ele e os outros com o negociador até a cidade de Santos e seguiram a pé até a cidade de Campinas, passando por Jundiaí e, finalmente, chegando a São Paulo, depois de ter sido, juntamente com outros escravizados, recusado por compradores. Sobre esta passagem conta Luiz Gama:

O último recusante foi o venerando e simpático ancião Francisco Egidio de Souza Aranha, pai do Exmo. Conde de Três Rios, meu respeitável amigo. Este, depois de haver-me escolhido, afagando-me disse:

– Hás de ser um bom pajem para os meninos; dissei-me: onde nasceste?

– Na Bahia, respondi eu.

– Baiano? – exclamou admirado o excelente velho. Nem de graça o quero. Já não foi por bom que o venderam tão pequeno (GAMA, citado por AZEVEDO, 1999, p. 37).

Por aqueles tempos, final da década de 1830 e início de 40, escravizados vindos da Bahia eram vistos com temor por alguns senhores das províncias do sul e sudeste do Império. Acostumados a ouvir histórias sobre insurreições por aquelas bandas, tinham os escravos dessa região como ameaçadores da paz das senzalas, e conseqüentemente da tranquilidade da casa grande, ainda que fossem crianças (AZEVEDO, 1999, p. 38).

De filho de africana livre e um fidalgo português, o garoto Luiz Gama chega a São Paulo tornado moleque, ou seja, um menino negro escravizado. No sobrado dos Cardoso – localizado perto da Igreja da Misericórdia, na Rua do Comércio – além de lavar, engomar e costurar, aprendeu o ofício de sapateiro com seu conterrâneo José, que também havia sido recusado pelos compradores.

A vivência da escravidão doméstica, entretanto, não significou para a história de Luiz Gama apenas o aprendizado da servidão, foi também o aprendizado das primeiras letras. Aos dezessete anos, a convivência com um hóspede de seu senhor, que viera de Campinas para estudar, resultou no seu primeiro contato com a leitura e escrita.

Sabendo “[...] ler e contar alguma coisa”, no ano seguinte, fugiu, “[...] tendo obtido ardilosa e secretamente provas inconcusas” de sua liberdade, segundo sua própria afirmação. A obtenção dessas provas deve ter sido realmente muito secreta, pois, além do misterioso trecho de sua autobiografia, nada mais se sabe sobre o assunto. O fato é que, em 1848, já não era mais cativo, e estava ganhando a vida como praça da Força Pública de São Paulo (AZEVEDO, 1999, p. 38).

Nas lembranças da infância, na visão da autora, é onde Luiz Gama busca, por meio “[...] do resgate e construção da memória

de Luiza Mahin”, promoveria o próprio resgate e construção que intencionalmente estava efetuando de sua própria “[...] memória africana” (AZEVEDO, 1999, p. 69), que pode ser também lida como sua memória da infância. Dos trechos de cartas que a autora seleciona para corroborar essa hipótese, interessa ressaltar aqui as sensações e lembranças de sua vida de menino em torno e no meio da escravidão⁸.

Eu ainda hoje, ao cabo de 30 anos, vejo algumas ruas da Bahia, as casas demolidas pelo incêndio de 37, e os lugares em que brinquei com crianças da minha idade. (GAMA, carta a José Carlos Ribeiro, 1870, citado por AZEVEDO, 1999, p. 69).

Pequenas revoltas da infância: moleques, vadiagem e brincadeiras

Os anos que se seguiram aos que o menino Luiz Gama viveu em Salvador conheceram outras revoltas como as que sua mãe teria se envolvido, e Fraga Filho (1996) aponta a participação de moleques e vadios nelas. O autor busca localizar os viventes das ruas no cenário urbano em Salvador, no século XIX. Fala basicamente da intensificação da repressão sobre uma camada da população

8 É importante ressaltar que há versões controversas sobre a história e biografia de Luiz Gama, bem como existem questionamentos a respeito da veracidade do conteúdo de suas cartas. A título de exemplo, pode-se citar Ferreira (2008, p. 304): “Em sua carta, Luiz Gama narra com precisão os episódios dramáticos que têm como ponto de partida seu nascimento e infância numa Bahia agitada por rebeliões negras (1830-1840). Apesar do cunho subjetivo, o estilo do jurista se trai na exposição circunstanciada, e quase distanciada, de suas origens, como se em cinquenta anos sua memória se conservasse intacta. Ao evocar sua filiação, Luiz Gama se apresenta como um típico brasileiro, fruto do “casamento” (ao menos, simbólico) entre África e Portugal, e sugere ter herdado de seus pais, e de sua mãe sobretudo, traços de sua indômita personalidade. Foi graças a esta que conseguiu enfrentar as idiosincrasias sociais e políticas de um país que reservava impiedoso tratamento aos negros, escravos ou não”. E ainda salienta a autora: “A riqueza de detalhes (dia, hora e local de nascimento; a localização da casa que ainda hoje pode ser vista em Salvador; datas; características físicas e psicológicas e atividades exercidas pelos pais e outros personagens; contatos com “testemunhas”, etc.) concorre para a criação de “efeitos de real” raramente questionados e na prática, ainda hoje difíceis de averiguar” (FERREIRA, 2008, p. 305).

composta por homens e mulheres pobres, mas também por escravizados fugidos, libertos e um grande contingente infanto-juvenil.

A questão da vadiagem infanto-juvenil no século XIX estava muito estreitamente relacionada à existência de centenas de meninos e meninas que, mesmo ligados a famílias, mestres de ofício ou senhores (no caso de escravizados), faziam das ruas o espaço de trabalho, de divertimento, de peraltices, de jogos e brincadeiras. Vida documentada pelos que vigiavam e controlavam e pelos que observavam e registravam aspectos da vida cotidiana na Bahia oitocentista (FRAGA FILHO, 1996, p. 111).

A análise de documentos mostrou que as autoridades baianas sempre se queixaram da grande quantidade de rapazes “peraltas” e “moleques” que tomavam conta das vias públicas com atitudes irreverentes e irrequietas. O termo moleque apareceria insistentemente, o que pode denotar, segundo o autor, que a maior parte dos meninos que ocupavam as ruas de Salvador irrequieta e irreverentemente fosse negra.

A sociedade escravista não oferecia grandes alternativas de ascensão para gerações mais novas de livres e libertos. Especialmente para os meninos negros, a escravidão continuava a impor-lhes papéis subservientes e serviçais. Nas tendas dos mestres de ofício, por exemplo, eram submetidos à rigorosa disciplina, a castigos corporais e a tarefas estafantes. Diante disso, as vadiagens e peraltices de rua apareciam com um misto de desdém, indiferença, protesto e resistência a um mundo adulto de horizontes limitados. Muitos desses menores estavam ligados a algum ofício, mas com frequência conseguiam impor o próprio ritmo de trabalho alternando as obrigações com as aventuras que a rua oferecia a cada momento (FRAGA FILHO, 1996, p. 112).

Em 29 de janeiro de 1868, o jornal *O Alabama* chamava a atenção do chefe de polícia para um pequeno muro na igreja da baixa dos Sapateiros, atrás do qual se reuniria uma “malta” de

meninos de família e moleques “[...] que sahem com vendas de seus senhores para jogarem a dinheiro o jogo da bola, o qual consiste em cinco pauzinhos enfiados n’um monte de areia os quais servem de alvo para atirarem a bola e o que arranca os paus ganha”. Dizia ainda que dessa reunião resultavam grandes algazarras e desordens com prejuízo para os pais e senhores (FRAGA FILHO, 1996, p. 112).

Este fragmento do jornal nos deixa conhecer um aspecto da cultura da infância presente nas ruas de Salvador, presente não só na forma de utilização da rua pelos moleques, mas também na própria organização do brincar que burlava o sistema escravista, posto que usavam o dinheiro dos produtos que saíam a vender para apostar na brincadeira, que também era um jogo de apostas. Conforme já apontamos, essa imagem do brincar e do brinquedo das crianças será pouco vista bem como o discurso sobre ela pouco registrado.

O trecho chama ainda atenção para um aspecto: especialmente na segunda metade do século XIX, o que se compreendia como vadiagem de menores estava também relacionado aos meninos e meninas ocupados em ofícios considerados pouco dignos. “[...] Eram vendedores de bilhetes de loterias e os condutores de cegos cuja ligação com o jogo e mendicância os aproximava da condição de vadios” (FRAGA FILHO, 1996, p. 112).

A rua poderia representar para os moleques a experimentação de posições sociais impensadas fora dela. Em 1864, Fraga Filho (1996) encontrou dados sobre a prisão de mais de 20 meninos vadios entre os quais havia alguns escravizados. Para o autor, esses meninos podiam ser “chefes” dos bandos, posição relevante dentro do grupo, mas com a qual não poderiam contar fora dele.

Além de ocuparem posições privilegiadas dentro dos bandos, os moleques na rua também se fizeram presentes nos movimentos sociais urbanos. Segundo o autor, talvez empreendessem

as ações mais audazes dos levantes que ocorreram nas décadas de 1820 e 1830.

Por certo, eram os mais barulhentos nos motins antilusitanos, vociferando contra ou apedrejando comerciantes portugueses que cobravam preços abusivos. No levante de 1836, conhecido como Cemiterada, os moleques, junto de outros populares, puseram por terra o cemitério do Campo Santo. Em estudo recente, João Reis demonstra que, durante o movimento paredista de 1857, realizado pelos ganhadores escravos e libertos de Salvador contra o controle de suas atividades, os moleques hostilizaram e ridicularizaram os negros “fura-greves” (FRAGA FILHO, 1996, p. 116).

À medida que o século XIX avançava, as autoridades punham em vigor medidas repressivas com “[...] o fim de disciplinar a presença dos menores no espaço público. Essas providências buscavam dispersar os ajuntamentos noturnos, acabar com a participação barulhenta nas festas e extinguir os divertimentos de rua” (FRAGA FILHO, 1996, p. 116).

Das punições severas, inclusive castigos corporais – recebimento de palmatórias corretivas quando recolhidos ao quartel da polícia ou uso de chibatadas para dispersar – aos recolhimentos às oficinas, escolas, orfanatos e serviço militar, não tardou que se chegasse à criminalização da infância.

Entre 1880 e 1890 – auge da discussão repressão à vadiagem – a sociedade apresentava insistentemente a reclusão “[...] especialmente quando a total extinção do trabalho escravo se mostrou inevitável, a infância se apresentou como a fase da vida estratégica na formação de homens e mulheres laboriosos e morigerados” (FRAGA FILHO, 1996, p. 132).

Em 1895 uma carta publicada no *Jornal de Notícias* marca, juntamente com outros fatores, o trato da infância abandonada como questão médico-jurídica: “[...] tratemos antes de tudo de moralizar a infância, pois é exatamente essa infância ignorante,

miserável e abandonada que, cedo ou tarde, constitui a classe dos criminosos (...). Os menores vagabundos são os criminosos em embrião” (FRAGA FILHO, 1996, p. 132-133).

Mas os moleques e vadios encontravam formas de resistência às medidas repressivas e disciplinadoras do espaço público. Em 3 de junho de 1860, um grupo que se reunia no Largo da Saúde enfrentou uma patrulha policial com pedras e insultos depois da prisão de um jovem crioulo, tendo o mesmo acontecido em setembro do mesmo ano na tentativa de resgate de um jovem preso.

Também havia queixas de quebra de lampiões das praças e becos, recurso utilizado para inibir o trânsito na rua e dificultar as buscas da polícia à noite. Negros, mestiços escravizados ou tutelados e brancos pobres empreendiam fugas de maus-tratos de senhores e mestres de oficinas, bem como de ambientes familiares hostis. Fugiam também da escola de marinhagem e agrícola (FRAGA FILHO, 1996, p. 130).

No *Jornal do Comércio* em 12 de fevereiro de 1883, no Rio de Janeiro, vemos um moleque que possivelmente utilizava o recurso da fuga, como em Salvador: “Vende-se na prisão do Calabouço hum moleque de 14 anos, oficial de alfaiate, bonita figura, não tem moléstias, nem vícios, e só vende-se por não querer servir ao seu senhor” (CORTÊS; GOMES, 2006, p. 27).

Alguns apontamentos sobre a educação

No estudo sobre a vida dos escravizados no Rio de Janeiro oitocentista, Karasch (2000, p. 193) aponta a existência de uma cultura afro-carioca “[...] forjada a partir das muitas tradições culturais da primeira metade do século XIX” que continua, conforme a autora, “[...] a dar forma ao Rio contemporâneo”.

Dentre os aspectos culturais que procura ressaltar está a questão dos usos da língua. A conservação da língua de origem

era um dos aspectos mais importantes da vida dos escravizados longe de seus donos, e segundo a autora a cidade do Rio, antes de 1850, era um rico “museu” de línguas faladas em toda a África. Dos vários aspectos do uso da língua abordados, podemos destacar: como seria de interesse dos africanos aprender português porque isto lhes facilitaria a fuga, dos modos como misturavam o português com suas próprias línguas criando falares outros e também que havia um número surpreendente de escravizados e libertos alfabetizados.

Porém, havia um esforço muito grande dos donos de novos escravizados africanos para que os mesmos falassem rapidamente (e somente) o português.

Mediante ameaças e violência física, transformavam os escravos boçais em criados falantes de português – pelo menos superficialmente. Porém, um motivo para a aparente “facilidade” com que muitos africanos aprendiam o português era porque ainda eram crianças e adolescentes quando chegavam à cidade. Os menores, de cinco ou seis anos, dominavam a língua com maior facilidade; os anúncios de jornais que fornecem a idade e informação de língua revelam quão fluentes os jovens africanos ficavam depois de um breve período de tempo. Por exemplo, o fugitivo Simão Ganguela, com cerca de dez anos de idade, era capaz de falar português muito bem depois de apenas sete ou oito meses vivendo com seu senhor. (KARASCH, 2000, p. 293-294)

Destacamos aqui os usos da língua porque a autora salienta que as crianças entre seis e dez anos tinham papel fundamental na socialização dos adultos. Os escravizados recém-chegados seriam ensinados pelas crianças que sabiam português e outras línguas africanas.

Outra questão sobre as crianças apontada por Karasch (2000) é sobre a escolarização formal. A autora mostra um censo do Rio de Janeiro em 1884 que registra a presença de 152 menores

pardos livres e oito negros livres nas escolas, embora não identifique o nível educacional, mas traz ainda algumas curiosidades:

Em 1810, o capitão de um navio negreiro relatou que um de seus passageiros não era escravo, mas o filho pequeno (cerca de sete anos de idade) de um dignitário de Cabinda que confiara o menino ao capitão para que o levasse para o Rio de Janeiro a fim de ser educado. Na mesma época, d. João VI ordenou que cada uma das colônias africanas mandasse dois meninos ao Rio para serem treinados em prática cirúrgica, de tal forma que pudessem retornar à África e cuidar de seu povo. Em consequência, Gonçalves dos Santos relatou que quatro deles tinham chegado ao Rio - dois de Angola, um de São Tomé e um da ilha do Príncipe. Deveriam receber seu treinamento no Hospital Militar Real, à custa da Coroa. Pelo menos uma menina, Maria Constantina, de Angola, estava sendo educada no Rio em 1844 (KARASCH, 2000, p. 296-297).

A presença de crianças na escola era muito pequena, e não é provável que o maior meio de alfabetização dos negros fosse a escola formal. Karasch (op. cit.) apresenta algumas hipóteses, dentre elas, a de que os escravizados negros (crianças e adultos) podiam aprender por acompanharem seus donos nas aulas, fossem elas na escola ou particulares. Em outros casos, os senhores, conforme seus interesses econômicos poderiam providenciar esse aprendizado. Conforme a função que os escravizados deveriam exercer, era interessante que pudessem ler e escrever. O comércio urbano necessitava das habilidades de leitura e escrita e também de conhecimentos de matemática.

Wissenbach (2002) busca considerar a existência de escravizados alfabetizados e averiguar os usos e sentidos da escrita entre eles. Apoiada em Demartini (2001) faz alusão aos processos voluntários de aprendizado da leitura entre crianças de diferentes estratos sociais, observando que muitas delas haviam sido introduzidas ao mundo da leitura por suas babás, geralmente

ex-escravas, ou ainda por filhos de escravizados, companheiros das crianças brancas em seus jogos infantis.

A escravidão produzia uma ruptura radical, mas nem por isso absoluta, nas culturas dos escravizados de primeira geração. Pelo registro de alguns viajantes, pode-se conhecer o fato de que as crianças eram “educadas”, ou ao menos apreendiam as regras básicas de uma existência limitada pela origem, num ambiente bilingue, conforme se pode ver em Karasch (2000). Elas eram normalmente detentoras ou inseridas nas práticas da língua imposta pelo mundo hegemônico dos senhores enquanto acessavam o linguajar falado nas senzalas, nos becos, nos mercados, nas bicas, nos lavadouros e nas zonas portuárias. Essa linguagem do cotidiano não era outra senão as expressas em línguas Quimbundo, Jeje, Iorubá ou qualquer outra do tronco linguístico Níger-Congo e, mais especificamente, do subgrupo designado Banto.

Alguns trabalhos, como os de Robert Slenes, por exemplo, vêm demonstrando o compartilhamento de um mesmo quadro linguístico, o que certamente possibilitava aos mesmos o estabelecimento de novos laços culturais entre si na situação de cativo; certamente esses laços facultavam aos escravizados intensas comunicações nas senzalas, que escapavam ao controle senhorial, abrindo caminho e criando canais extremamente propícios à elaboração de estratégias de resistência contra a instituição, conforme observou Marquese (2004, p. 294-295).

As afirmações anteriores reverberam uma das funções importantes para aqueles que estudam a criança e a infância: a função mediadora que a criança desempenha nas relações sociais, fazendo-a protagonista nesse espaço uma vez que ocupa a função de colmatar relações. Ao transitar entre a senzala e a casa grande, entre a casa e a rua, e entre as línguas, preenchia espaços não só linguísticos, mas também socioculturais entre eles. Demartini (2001 p. 138) chega a considerar a possibilidade de que as crianças

brancas fossem introduzidas nas práticas de leitura pelos negros e seus filhos, no final do século XIX, e mais, que “[...] a vontade de aprender a ler da criança branca estivesse ligada às relações de amizade com crianças negras e o papel de alfabetizadores que muitos negros desempenharam em várias famílias, sem que lhes tivessem sido reconhecida esta função”.

Infância e trabalho

Outro dado peculiar sobre a infância no século XIX foi a arregimentação de meninos. Sob o manto pálido da categoria de aprendizes de ofício, os meninos negros (e também os pobres brancos) eram utilizados em curtumes, padarias, alfaiatarias, sapatarias, igrejas, carpintarias, etc., bem como na Marinha. Como carregadores de todo tipo de objeto, produtos de pesos variados, os meninos acompanhavam os senhores e as iaiás nas compras ou nas vendas de produtos e em outras atividades. Quando não circulavam por espaços que por vezes eram interditados aos negros adultos, eram, entre outras coisas, acompanhantes de cegos, deficientes e idosos. Tais imagens aparecem em menor escala no trabalho de alguns gravuristas da primeira metade do século XIX.

Fraga Filho (1996) ao falar da arregimentação de meninos para a Companhia de Aprendizes de Marinheiros em Salvador, na década de 1840, recurso utilizado para o recrutamento de moleques (que compunham a maioria dos que vagavam pelas ruas da cidade), órfãos e vadios que desafiavam as autoridades locais em suas perambulações e arruaças pelos espaços públicos da cidade, afirma que era composta de dura disciplina e castigos corporais e observa:

A Companhia de Aprendizes de Marinheiro (...) acolhia meninos expostos, órfãos indigentes e menores abandonados, com idade entre oito e doze anos, para serem iniciados na

marinhagem. Segundo o regulamento de 1841, os aprendizes não podiam sair do Arsenal sem licença do diretor da Companhia. Em caso de faltas cometidas, eles podiam receber ‘castigos moderados’, da mesma forma que pais, mestres de ofício e professores agiam com seus filhos e discípulos. Na companhia os menores eram submetidos a uma dura disciplina e dedicavam todo o dia ao aprendizado das primeiras letras e trabalhos nas oficinas do Arsenal. Mas muitas crianças remetidas pelas autoridades policiais não chegam a ser aceitas por debilitação física gerada pela própria miséria. Em setembro de 1860, um menor abandonado pelo pai, chamado Juvêncio, não foi admitido na Companhia por seu ‘estado cadavérico’. E nos anos seguintes parece que aumentaram as restrições e os preconceitos em relação aos menores recolhidos nas ruas. Em 1863, o inspetor do Arsenal de Marinha, Lourenço da Silva Araújo recusou a admitir ‘moleques’ (rapazes pretos) presos nas ruas pela polícia (FRAGA FILHO, 1996, p. 130).

Os moleques eram presença importante e perturbadora nas ruas das cidades de São Paulo, Campinas, Santos, Salvador e Rio de Janeiro, entre tantas outras, depois de meados do século XIX. Com alguma contundência, os jornais dessas cidades registraram hordas de meninos que ingressavam nos sítios e nas residências para roubar frutos nos pomares, utensílios e ferramentas; anunciavam a venda daqueles que resistiam a servir aos donos ou ainda bradavam contra arruaças e desordens promovidas por eles nas ruas.

Os trabalhos dos meninos poderiam se dirigir tanto para dentro como para fora da casa, enquanto o das meninas se voltava mais frequentemente para dentro, como cuidar das crianças menores. Em uma das pranchas de Debret é possível ver um moleque realizando tarefa doméstica, no caso, servindo água para a sinhá na sala de costura. Em outra, nota-se uma menina comprando milho na rua enquanto carrega no colo, encaixada na cintura, uma criança pequena.

As crianças também ocupavam as ruas porque acompanhavam no trabalho as lavadeiras, as engomadeiras, as aguadeiras (ou carregadoras de água), as amas-de-leite e toda uma gama de vendedoras e vendedores ambulantes que marcavam presença nas ruas das cidades.

Para Fraga Filho (1996), ao mesmo tempo em que encarava possibilidades, a infância mostrava-se também perigosa e ameaçadora. Vício, ociosidade, mendicância, vadiagem e crime, esses foram os elementos com que os reformadores, nos dois últimos decênios do século XIX, construíram a imagem da infância de rua na Bahia.

Escravidão e infância: percepções da escravidão

Ao pensar sobre a infância na escravidão, uma pergunta nos ronda insistentemente: em que momento a criança teria a percepção de que era escrava, ou seja, quando as práticas que rodeavam as crianças as fariam saber que eram e o que significava ser uma escrava? Mattoso (1988) aponta que o tempo de infância do filho da escrava era estritamente mínimo.

Encontramos em *Incidentes da vida de uma escrava contados por ela mesma* a história de Harriet A. Jacobs. Ela nasceu escrava em 1823, na Carolina do Norte, Estados Unidos, e dali fugiu no final da década de 1830. Descreveu sua luta por liberdade em uma autobiografia publicada sob pseudônimo em 1861. O pequeno capítulo em que fala de sua infância começa assim:

Nasci escrava, mas só tive consciência disso depois de transcorridos seis anos de infância feliz. (...) Na cor, meus pais eram de um tom claro de amarelo-amarronzado, sendo considerados mulatos. Viviam juntos numa casa confortável, e embora fôssemos todos escravos, eu era tão carinhosamente protegida que nunca imaginei ser uma peça de

mercadoria, cuja guarda lhes estava numa casa confortável, e que podia lhes ser retirada a qualquer momento (JACOBS, 1998, p. 25).

Um incidente traz a Jacobs, então com seis anos, para o mundo da escravidão: “[...] Minha mãe morreu quando eu tinha seis anos. Foi então que pela primeira vez e devido às conversas à minha volta, tive consciência de que era escrava” (JACOBS, 1998, p. 26). Tendo sua criação ficado a cargo da senhora de sua mãe, que havia a ela prometido cuidar de seus filhos e não deixar que nada lhes faltasse, Jacobs continua a ter, embora já consciente de que era escrava, uma vida que descreve como tranquila, pois permitia a ela que gozasse de algumas experiências da infância como poder brincar.

Mas logo Jacobs viveria um outro incidente que a colocaria de vez em meio às práticas escravistas: “[...] A criança escrava não pensa no amanhã, mas aconteceu por fim a desgraça que muito certamente espera todo ser humano nascido para ser tratado como um objeto. Quando eu tinha quase 12 anos, minha bondosa senhora adoeceu e morreu” (JACOBS, 1998, p. 26). A partir desse acontecimento, Jacobs, já consciente de que era escrava, portanto objeto semovente, passa a saber como objetos de uma família são tratados na morte de seus donos: inventariados e distribuídos entre os herdeiros e aqueles a quem se quer proteger e munir por meio de bens móveis, imóveis e semoventes: “[...] Depois de um breve período de expectativa, o testamento foi lido, e ficamos sabendo que ela me legara à filha da irmã, uma menina de cinco anos de idade” (JACOBS, 1998, p. 27).

O final da história de Jacobs é bem parecido com o de Luiz Gama. Tendo aprendido a ler e escrever com uma de suas senhoras, ela faz uso disso como principal arma para conseguir sua liberdade e ainda ajuda na liberdade de parentes e de outros escravizados.

Porém, não encontramos indícios de como teriam reagido outras crianças que, resistindo ao alto índice de mortalidade infantil do período, não teriam suportado o peso de saber o que era ser escravizada. Talvez Florentino e Góes, ao comentarem ilustrações e relatos, nos dêem uma pista:

Debret (...) disse que as crianças cativas, até os seis anos, viviam na tal igualdade familiar. E, como Graham, achava que a maneira como na casa senhorial se tratavam as crianças cativas, à semelhança de membros da família, de iguais, findava por estragá-las para a escravidão. Eram deixadas livres nos primeiros anos, “a comer, beber e correr”. É fácil perceber como os dois europeus tinham dificuldade em compreender realmente o que se passava na vida das crianças escravas. Afinal, pode-se comer e beber de muitos modos, assim como se pode correr de muitas coisas. De todo modo, eles chamaram a atenção para o papel cumprido pela infância no escravo adulto que conheceram. Todo crioulo havia sido uma criança escrava, e uma infância escravizada produzia um adulto peculiar (FLORENTINO; GÓES, 2005, p. 220).

Como as práticas do cotidiano ensinariam às crianças que elas eram escravizadas. E o que fariam? Como reagiriam os que não se tornaram outros Luiz Gama ou Harriet Jacobs? Ou os que não fugiam e ocupavam as ruas como os moleques de Salvador?

Estas perguntas ficarão sem respostas por enquanto. Mas na literatura infanto-juvenil brasileira conhecemos um exemplo que se coloca no extremo das histórias de Luiz Gama e H. Jacobs. Em *A história do Galo Marquês*, Oliveira (1982) fala de um menino escravo de oito anos, chamado Cendino, que só se percebe escravo ao presenciar sua vontade, seus sentimentos sendo colocados em jogo. A resposta que o menino dá quando se percebe escravo, cria uma imagem difícil de esquecer.

Compreender a escravidão para o menino escravo Cendino significaria aprender que nada possuía, não era dono de si e nem

sequer dos sentimentos por outras pessoas, nem mesmo por um animal. Vivendo na fazenda juntamente com seus pais – o pai na lavoura e a mãe na cozinha – o mundo do menino resumia-se ao deslocamento entre estes dois espaços: a plantação e a casa grande.

Auxiliar de pequenos serviços domésticos, dono da tarefa de entreter os netos da Sinhá, Cendino não conseguia alcançar as dimensões da escravidão. Não tinha noção das formas de controle de suas vidas impostas por este regime. Mattoso (1988, p.43) aponta que “[...] nas grandes propriedades de engenhos de açúcar, as crianças escravas passeiam com toda liberdade, participando das brincadeiras das crianças brancas e das carícias das mulheres da casa”.

Certa vez, o menino ao ajudar a Sinhá a recolher ovos, depa-rou-se com um ovo choco o qual foi incumbido de jogar fora. Tendo sido surpreendido por um barulho, percebeu que havia vida dentro do ovo e o guardou. Nascido o pintinho, o mesmo foi criado como animal doméstico de estimação pelo menino, recebendo o nome de Marquês.

Um dia, uma visita ilustre, o “Comendador [...] muito amigo do imperador D. Pedro II” que poderia sugerir a Sua Majestade que outorgasse títulos de nobreza a amigos mais chegados, foi cear na fazenda. O Coronel, dono da fazenda, então decidiu que o Comendador seria recebido “[...] com todas as pompas que merece”. Entre a pompa e a circunstância que a ocasião pedia, descobriu-se que o prato predileto do Comendador era galo assado.

A mãe de Cendino foi incumbida de encontrar o galo. Procurou no galinheiro, porém não encontrou um galo sadio. Foi então encarregada de matar o galo Marquês, animal de estimação do próprio filho. Este momento é descrito assim pelo narrador:

Houve um momento de silêncio. Na cabeça de Mãe das Dores passava toda sua experiência de vida, enquanto para Cendino a revolta e o desespero falavam mais alto. O que podia um escravo fazer contra as ordens de seu senhor, que

se dizia dono até de suas próprias vidas? Quanto mais da vida de um galo! Não, não adiantava pensar no sofrimento daquela criança! Mais importante era o título de barão para a família Ribeiro (OLIVEIRA, 1982, p. 52).

E Cendino reage imediatamente, chorando, por saber que naquele momento, mais que o possível título de nobreza, o que estava posto em jogo eram as cores das vontades: uma era branca, a outra negra. E as vontades, os desejos e sentimentos negros não se sobreporiam aos brancos. Assim Cendino aprende que é escravizado.

Estava tudo acabado!

Meio tonto, Cendino fez força para pôr-se de pé. Não conseguia andar direito, parecia estar pisando em nuvens. Sem direção, caminhou para o jasmineiro. (...) Ali debaixo, Cendino começou a soluçar alto. Chorou sozinho, abandonado, meio morto por dentro, pela primeira vez na vida odiando o homem branco. Chorou tanto que as lágrimas deixaram marcas no chão. Afinal, cansado de sofrer, adormeceu abraçado ao tronco do jasmineiro (OLIVEIRA, 1982, p. 53).

Mattoso (1988, p. 43) observa que “[...] o escravo permanece criança até os oito anos”, que é a idade do personagem Cendino, e nesse período ela se dá conta de sua condição de inferioridade, inclusive em relação às crianças brancas. Cendino entende, mas não aceita. Poucos dias depois, temos o final da história:

O silêncio foi cortando a madrugada. Pouco antes das duas, um galo cantou distante. O som atravessou a noite como um raio e sacudiu o coração da boa escrava. De repente, Cendino abriu os olhos esgazeados. Olhou para o vazio do quarto como se estivesse vendo algo muito querido e ergueu os braços. - Marquês, você voltou!... Não houve resposta. Depois, ele respirou forte, a cabeça tombou para um lado e o corpo caiu sobre o colchão duro do catre. Debaixo do travesseiro dormia a esfiapada pena do rabo do Marquês (OLIVEIRA, 1982, p. 58-59).

Concluindo: infância negra de papel – escravização sem escravidão

Talvez o conto “Negrinha” de Monteiro Lobato, publicado em 1920, ano em que o projeto eugênico estava em voga no Brasil, seja um dos exemplos emblemáticos da textualidade que constrói imaginários sociais e os projeta no tempo e espaço por meio do texto literário. Tal fato não foi incomum a outros autores que viveram na virada do século XIX e primeira metade do século XX. Esses autores reelaboraram e veicularam em diversos gêneros literários, mas principalmente em contos e romances, perfis assombrosos de negros na sociedade escravagista brasileira e também no período imediatamente posterior.

Mas Lobato foi primoroso nas tintas ao construir o perfil físico e psíquico de uma criança negra do sexo feminino. O contraste entre as ações da senhora e patroa, Dona Inácia (também apresentada de modo irônico e até debochado, não sendo, portanto, uma boa representante dos ideais eugenistas)⁹, e figura da menina, quase inanimada, chamada apenas de Negrinha, leva-nos a crer, por um instante, que o tema maior é a perversidade da criação humana adulta, representada no conto por Dona Inácia, que ainda se queria no escravismo imperial, para com os desprotegidos, deixados à míngua com o final da escravidão.

Porém, com uso do recurso estilístico da ironia, o desprezo e racismo antinegro escorrem das entrelinhas das dez páginas em que o conto se desenvolve e possibilita entrever um dos mais eugênicos escritores que se tem notícias na história da literatura brasileira. Caso não houvesse outros textos de Lobato, como por exemplo, “O presidente negro”, e se não soubéssemos de suas

9 “Entaladas as banhas no trono (uma cadeira de balanço na sala de jantar), ali bordava, recebia as amigas e o vigário, dando audiências, discutindo o tempo. Uma virtuosa senhora em suma — “dama de grandes virtudes apostólicas, esteio da religião e da moral”, dizia o reverendo. Ótima, a dona Inácia.” (LOBATO, 2008, p. 19).

cartas trocadas com os médicos e teóricos eugenistas Arthur Neiva e Renato Kehl, pensaríamos que seu exagero revelaria um apreço.

(...) não podemos deixar de mencionar que Lobato foi membro da Sociedade Eugênica de São Paulo e amigo pessoal de expoentes da eugenia no Brasil, como os médicos Renato Kehl (1889-1974) e Arthur Neiva (1880-1943), dados que apenas ilustram sua imagem de adepto fervoroso dos ideais eugênicos de melhoramento da raça, refletidos plenamente em seus textos, privados e públicos. (FERES JÚNIOR; NASCIMENTO; EISENBERG, 2013, p. 82-83).

Mesmo decorridos quase cem anos desde a publicação do texto, o tom da tinta é tão forte que ainda parece ter intenção inversa. Diversas análises produzidas do texto dão conta de seu caráter de denúncia do preconceito racial

Negrinha era pobre órfã de sete anos. Preta? Não; fusca, mulatinha escura, de cabelos ruços e olhos assustados. Nascera na senzala, de mãe escrava, e seus primeiros anos vivera-os pelos cantos escuros da cozinha, sobre velha esteira e trapos imundos. Sempre escondida, que a patroa não gostava de crianças (LOBATO, 2008, p. 19).

Assim cresceu negrinha - magra, atrofiada, com olhos eternamente assustados. Órfã aos quatro anos, por ali ficou feito gato sem dono, levada a pontapés.

Quê? Pois não era crime brincar? Estaria tudo mudado — e findo o seu inferno — e aberto o céu? No enlevo da doce ilusão. Negrinha levantou-se e veio para festa infantil fascinada pela alegria dos anjos. (LOBATO, 2008, p. 23)

Mas a dura lição da desigualdade humana lhe chicoteou a alma. Beliscão no umbigo, e nos ouvidos o som cruel de todos os dias: “Já para o seu lugar, pestinha! Não se enxerga?” (LOBATO, 2008, p. 20).

Negrinha, coisa humana, percebeu nesse dia da boneca que tinha uma alma. Divina eclosão! Surpresa maravilhosa do mundo que trazia em si e que desabrochava, afinal, como fulgurante flor de luz. Sentiu-se elevada a altura de ente humano. Cessara de ser coisa - e doravante ser-lhe-ia impossível viver a vida de coisa. Se não era coisa! Sentia! Se vibrava!

Assim foi — e essa consciência a matou (LOBATO, 2008, p. 25).

Mas, imóvel, sem rufar as asas.
Foi-se apagando. O vermelho da goela desmaiou...
E tudo se esvaiu em trevas.
Depois, vala comum. A terra papou com indiferença aquela carnezinha de terceira — uma miséria, trinta quilos mal pesados...
E de Negrinha ficaram no mundo apenas duas impressões.
Uma cômica, na memória das meninas ricas.
— “Lembras-te daquela bobinha da titia, que nunca vira boneca?”
Outra de saudade, no nó dos dedos de dona Inácia.
— “Como era boa para um cocre!” ... (LOBATO, 2008, p. 26).

Evidente que, sem ter informações sobre recepção do texto em face de suas publicações, não podemos levantar hipóteses sobre a ressonância dele nos leitores e a implicação disso sobre as atitudes raciais em relação às crianças negras na sociedade brasileira do período, mas o texto chama a atenção pela centralidade do papel atribuído a uma criança negra, como protagonista de uma crônica trágica, densa e curta e por que não, cruel (JOVINO, 2010).

No geral, a representação da infância na literatura brasileira transita entre o aspecto da idealização, mostrando uma criança inocente, ingênua e naturalmente feliz, sinônimo de esperança, e a abordagem da infância também idealizada, só que por imagens de sofrimento e amargura. “[...] A criança, desvalida, sofre violência dos demais personagens (adultos ou crianças), do ambiente

ou mesmo da comunidade. Por vezes, é redimida pela dor ou levada pela morte, que pode se assemelhar a um alívio”. (GOMES; COUTINHO, 2012, p. 7)

Enquanto isso, um texto literário do início do século XX mostra uma criança negra, “coisa humana”, escravizada mesmo sem a existência formal de um regime de escravidão, mas que ao sentir-se “elevada a altura de ente humano”, morre, posto que “essa consciência a matou”. A mudança da representação da criança e da infância negra na literatura de ficção só conhecerá mudanças substanciais e positivadas na década de 1990. As crianças negras que puderam ter “[...] algum gostinho na vida” demoram a surgir na ficção (JOVINO, 2006).

Apesar da dureza da escravidão, é possível pensar numa singularidade da infância negra, marcada pela reverberação dos modos negro-africanos de conceber a infância e sua educação. Pensar em crianças sendo cuidadas e educadas tanto por seus pais quanto por uma comunidade inteira que se formava em volta dela, inclusive pelos padrinhos e madrinhas, cujos vínculos, conforme Mattoso (1988, p. 51-52), consolidam e estendem “[...] indispensáveis laços de solidariedade que permitem aos escravos sobreviver no meio de uma sociedade hostil e, às vezes, se libertar”.

Pensando no aspecto da movimentação que o trabalho de algumas crianças proporcionava como o de mensageiros, acompanhantes, auxiliares no transporte dos tabuleiros, tripés, trouxas de roupas ou utensílios outros, ponderando que esse espaço entre realizar pequenos ou leves trabalhos e o do ser aprendiz, nessa idade, entre seis e doze anos, quando sua força de trabalho será explorada ao máximo, é possível entrever uma infância-moleque, que é mediadora, brincante, desafiadora, mesmo que seja “encolhida”, conforme salientou Mattoso (1988). Teriam então algum “[...] gostinho na vida”, colhido entre as tarefas, satisfação miúda

entre alguns brinquedos, brincadeiras, travessuras e transgressões (JOVINO, 2010, p. 121-122).

Referências

AGASSIZ, Luis; AGASSIZ, Elizabeth C. Cary. **Viagem ao Brasil 1865-1866**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

AZEVEDO, Eliçiene. **Orfeu de carapinha**: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo. Campinas: Editora da Unicamp/Cecult, 1999.

AZEVEDO, Eliçiene. Luiz Gama, a letra e a luta. **Revista História Viva**. Temas Brasileiros: Presença Negra. São Paulo: Duetto Editorial, 2006. Edição Especial Temática n. 3, p. 30-37.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Trad. Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru: EDUSC, 2004.

CORTÊS, Giovana Xavier da Costa; GOMES, Flávio. Nas ruas do Rio de Janeiro. **Revista História Viva**. Temas Brasileiros: Presença Negra. São Paulo: Duetto Editorial, 2006. Edição Especial Temática n. 3, p. 26-29.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pictoresca e histórica ao Brasil**. Tomo II. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Crianças como agentes do processo de alfabetização no final do século XIX e início do XX. In: MONARCHA, Carlos (org.). **Educação da infância brasileira: 1875-1983**. Campinas: Autores Associados, 2001. p. 121-156.

FERES JÚNIOR, João; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes; EISENBERG, Zena Winona. Monteiro Lobato e o politicamente correto. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 56, no 1, 2013, pp. 69-108.

FERREIRA, Ligia Fonseca. Luiz Gama por Luiz Gama: carta a Lúcio de Mendonça. **TERESA Revista de Literatura Brasileira da USP**. São Paulo, n. 8/9, 2008, p. 300-321.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. Morfologias da infância escrava: Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX. In: FLORENTINO, M. (org.). **Tráfico, cativo e liberdade**. Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. São Paulo: Hucitec; Salvador: EDUFBA, 1996.

GOMES, Jennifer Pereira; COUTINHO, Fernanda Maria Abreu. Olhinhos de gato: a menina (de) Cecília. In: I COLÓQUIO INTERNACIONAL DE LITERATURA E GÊNERO – RELAÇÕES DE PODER, GÊNERO E REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS, 1. 2012, Teresina. **Anais...** Teresina: UFPI, 2012. P.1.13 Disponível em: <<http://icilg2012.uespi.br/arquivos/anais/comunicacao/c44.pdf>>. Acesso em ago. de 2014.

GOUVÊA, Maria Cristina. A literatura como fonte para a história da infância: possibilidades e limites. In: FERNANDES, Rogério; FARIA FILHO, Luciano Mendes; LOPES, Alberto (Orgs.). **Para a compreensão histórica da infância**. v. 1. PORTO: Campo das Letras, 2006, p. 21-43.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância**: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

JACOBS, Harriet Ann. **Incidentes da vida de uma escrava contados por ela mesma**. Trad. W. Dutra. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

JOVINO, Ione da Silva. **Crianças negras em imagens do século XIX**. 2010. 133f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

JOVINO, Ione da Silva. Literatura infanto-juvenil com personagens negros no Brasil. In: SOUZA, Florentina; LIMA, Maria Nazaré (Orgs.). **Literatura afro-brasileira**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006, p. 179-217.

KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850)**. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LEITE, Miriam L. Moreira. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, Marcos César de (org). **História social da infância no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2003, p. 17-50.

LIMA, Valéria Alves Esteves. Voyage pittoresque et historique au Brésil. Considerações sobre uma obra. In: LIMA, Valéria Alves Esteves. **J. B. Debret**,

historiador e pintor: a viagem pitoresca e histórica ao Brasil (1816-1839). Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

LOBATO, Monteiro. Negrinha. In: LOBATO, Monteiro. **Negrinha.** São Paulo: Globo, 2008, p. 18-26.

LUZ, Itacir Marques da. **Compassos letrados: profissionais negros entre instrução e ofício no Recife (1840-1860).** 2008. 244f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **Factores do corpo, missionários da mente: senhores letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MATTOSO, Kátia Queiroz. O filho da escrava. Em torno da Lei do Ventre Livre. **Revista Brasileira de História.** São Paulo. vol 8, n. 16, março-agosto 1988, p. 37-55.

OLIVEIRA, Carla Mary S.; CURY, Cláudia Engler. Lazer e leitura nas imagens de Debret: O cotidiano do Brasil oitocentista pelo olhar de um neoclássico. **Portuguese Studies Review**, Peterborough, Ontario, Canadá, Trent University, v. 18, n. 1, 2011, p. 151-177. Disponível em: <http://www.carlamaryoliveira.pro.br/gheno/PDF/psr_18-1_oliveira-cury.pdf>. Acesso em julho de 2014.

OLIVEIRA, Ganymedes José de. **A história do galo Marquês.** Coleção Verdades. São Paulo: Editora Moderna, 1982.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta; GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. Infâncias na História. **Educação em Revista.** Belo Horizonte, vol. 28, abril de 2010, p. 187-194. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em jun. de 2010.

STRAUMANN, Patrik (org.). **Rio de Janeiro, cidade mestiça.** Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

WALSH, Robert. **Notícias do Brasil (1828-1829).** Vol. I e II. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1985.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Cartas, procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação.** Campinas: Autores Associados. Julho/dezembro 2002, n^o 4, p.103-122.

Enviado em: 03/09/2014. Aprovado em: 10/11/2014

